

## VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: RECORTE DAS POLÍTICAS LOCAIS E PESQUISAS

Bruno Leitão Oliveira (1); Iasmin da Costa Marinho (2)

(Polícia Militar do Estado do Ceará (PM-CE), [bleitaooliveira@gmail.com](mailto:bleitaooliveira@gmail.com);  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), [iasmincostamarinho@gmail.com](mailto:iasmincostamarinho@gmail.com))

**Resumo:** O artigo em tela tem como objetivo resgatar de forma sucinta as questões emergentes sobre a violência na escola e os desdobramentos das políticas locais, à nível de Estados e Municípios, que tem sido realizadas para sanar esse impasse. Como percurso metodológico utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, realizando levantamento de publicações sobre o tema violência na escola em Portais como o Scientific Electronic Library Online (SciELO); Teses; Dissertações, bem como em literatura complementar, considerando as discussões acerca das políticas e programas desenvolvidos no âmbito da Segurança Pública e da Educação, e textos normativos. Apresentamos nesse artigo uma breve reflexão sobre a violência na escola, nas dimensões em que ocorrem e como incidem diretamente na formação dessa instituição e nas relações existentes no contexto educacional. Sintetizar a discussão sobre violência na escola é um desafio diante da inconstância em que se situa o tema, desde a diversidade de significados que esse conceito por si carrega e as inúmeras relações que emergem da discussão, ampliando e ressignificando o debate. Destacamos aqui a consonância de estudos e pesquisas sobre as desigualdades educacionais, e sua contribuição na discussão dos fatores intra e extra escolares na formação da escola pública, que influencia na sua dinâmica, organização e estrutura. A violência, é um aspecto que assumi as duas percepções pois pode originar-se pela escola e na escola. Destaca-se o papel importante que alianças entre aparelhos de segurança e de educação pública podem vir a contribuir para atenuar os impactos da violência na escola, como por exemplo o PROERD, e por meio de outras políticas locais no âmbito de Estados e municípios. Essa discussão não esgota-se aqui, servindo de base para novos ensaios e pesquisas sobre o tema.

**Palavras-chave:** Violência. Escola. Políticas Locais.

### INTRODUÇÃO

Discutir a violência na escola, por si, emudece. São relações estranhas aos espaços onde se ensina e educa, ou seja, onde se pauta a inserção de valores, de conhecimentos sistematizados, dentre outros. A violência, no entanto, pertence ao mundo, às relações sociais e seus constantes conflitos. Isso não quer dizer que não haja medidas que possam atenuar a existência dessa violência, ainda que existam laços permanentes que a faça uma constante em arenas de desigualdade social. É necessário, portanto, destacar por que essas relações entre violência e educação são importantes de serem investigadas, e com esforço descrever o papel da escola nesse contexto, bem como, das políticas públicas.

O artigo em tela tem como objetivo resgatar de forma sucinta as questões emergentes sobre a violência na escola e os desdobramentos das políticas locais, à nível de Estados e Municípios, que tem sido realizadas para sanar esse impasse. A produção acadêmica sobre o tema tem crescido nos últimos anos (SPOSITO; 2001; NOGUEIRA, 2003; ZECHI, 2008; etc.), no entanto observa-se um declínio nas produções que aprofundem a temática no âmbito das políticas públicas. Quase sempre

os trabalhos apresentam de forma fragmentada ou pontual, experiências vividas no formato de programas ou projetos, por exemplo, (PRÖGLHÖF, 2015). No entanto, a temática da violência na escola não é recente, datam de 1950 os primeiros estudos iniciados nos Estados Unidos, que sofria com os conflitos de gangs e drogas na escola (ABRAMOVAY, 2003). No entanto, antes de perceber como essa relação ocorre nessas instituições, é preciso aprofundar-se na forma como se constitui a escola pública no Brasil.

Desde sua constituição até o presente, a escola exerceu inúmeros papéis, apresentando uma função social distinta em muitos momentos da história, expressando a diversidade entre os povos, suas culturas, crenças e aspirações (PENIN, 2001). Face à esses processos a garantia do direito à educação no Brasil é fruto de amplos debates e lutas pela democratização da escola pública, cenário principal onde se disseminam as intenções do poder público e de representantes da sociedade civil. Parte disso, o Ministério da Educação afirma que a escola é a única instituição diretamente responsável pelo ensino de instrumentos indispensáveis à sobrevivência no mundo letrado das sociedades modernas (MEC, s.d.). Esta afirmação é válida principalmente às classes populares, para as quais é o principal meio de acesso ao conhecimento sistematizado.

De acordo com a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº9394 de 1996), a escola deve cumprir o papel de contribuir para o pleno desenvolvimento do educando, formá-lo cidadão e qualificá-lo para o trabalho. Esse papel deve ser ainda garantia de todos, ou seja, uma educação para todos. O termo ora em destaque embora, fosse algo óbvio para mantermos a igualdade e a justiça social no país, só tornou-se consenso em meados do século XX. No entanto, a presença da formação cidadã no texto da Lei não é suficiente para que esta ocorra, bem como, a garantia de uma educação de qualidade para todos, tornou-se uma dívida constante para ser sanada no âmbito das políticas públicas da educação. Para tanto, observa-se que o papel da escola, embora aparentemente subjetivo é de grande dificuldade para ser exercido, dependendo não só dela mesma como instituição física e de seus recursos humanos, financeiros, patrimoniais, mas também das relações interpessoais que nela ocorrem.

## **METODOLOGIA**

Como percurso metodológico, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, realizando levantamento de publicações sobre o tema violência na escola em Portais como o *Scientific Eletronic Library Online (Scielo)*; Teses; Dissertações, bem como em literatura complementar,

considerando as discussões acerca das políticas e programas desenvolvidos no âmbito da Segurança Pública e da Educação, e textos normativos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A escola é fruto das pessoas que as fazem, em conjunto com as ações e demandas do poder público. Para maior compreensão da função da escola e de como podemos defini-la, utilizamos a definição de Jonh Dewey (1959) que descreve a escola como “uma mini sociedade”, dessa forma compreende-se que para além das definições normativas, a escola adquire as interferências do seu entorno, e da comunidade que se insere em seu contexto, construindo relações e conexões com fatores intra e extra escolares.

Tais fatores, por vezes, reforçam a desigualdade social, repercutindo dentro e fora da escola pública. A escola, portanto, está inserida num território, integrando-o e representando-o, pois envolve dentro dela alunos e famílias de alunos que participam daquela comunidade. Além desse papel agregador que a escola possui, ainda conforme a legislação cabe a essa instituição estabelecer meios de participação da comunidade, dando voz e vez aos que estão no entorno da escola nas decisões da mesma, integrando-os na ideia de aquela instituição é, portanto da comunidade e deve ser cuidada e respeitada pela tal. A escola é um espaço de vivências democráticas e por sua vez de participação cidadã.

Dessa forma, como pontuamos anteriormente, a escola absorve fatores externos a ela, o que para efeitos dessa análise escolhemos discorrer sobre a violência, e como esta impacta no funcionamento da escola pública e na garantia dos direitos à aprendizagem de qualidade. Para tanto, é preciso definir o que é violência. Para Fernadéz e Villanueva, et. al (1993) a violência é um tipo de relação social, que para ser mantida ou alterada precisa de uma ameaça latente ou explícita. Os atos agressivos, por sua vez, ferem a integridade física, social, simbólica, psicológica e patrimonial do outro. A violência, portanto, não se caracteriza apenas pelo plano físico, abarcando as questões simbólicas e psicológicas, quais sejam: preconceitos, ameaças, intimidações, imposição de poder ou ideia, dentre outras.

Hanna Arendt, em obra Sobre a violência (1969), aborda a violência no século XX como fruto da burocratização da vida pública e da vulnerabilidade dos sistemas, decorrendo na desintegração de poderes pela individualização do ser. Ou seja, uma violência que registra-se pelo individualismo. Nessa prerrogativa compreende-se que a violência não é algo que nasce com o homem, mas que se constitui nas suas relações de poder, de dominação, o que, por consequência

enfraquece a união, a criação e a igualdade. De tal forma que podemos apreender que o fenômeno da violência não é algo facilmente definido, sendo um conceito em constante discussão e lapidação. Mas, observa-se que a violência é um assunto que tem tomado boa parte dos noticiários e da vida social como um todo, não podendo afirmar que não exista ninguém que sofrera uma violência na rua, no trabalho, em casa etc. Como coloca Mattos e Coelho (2011, p. 196):

Embora a natureza e as dimensões reais do fenômeno da violência ainda não estejam suficientemente esclarecidas, já se compreende alguns dos seus impactos na vida e nas práticas sociais das pessoas e, ainda, como a disposição para atos violentos e o risco da vitimização estão ligados aos contextos social, cultural e econômico. Também já se tem clareza de que a educação é o caminho principal para prevenção e combate à violência. No entanto, paradoxalmente, essa violência se faz presente cada vez mais nas instituições escolares nas quais assume várias formas.

Bernard Charlot, em artigo intitulado: A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam a questão (2002), diferencia a violência na escola em três categorias: a violência na escola; a violência à escola e a violência da escola. A violência na escola é aquela que ocorre dentro do espaço escolar, mas, podia ocorrer em qualquer outro espaço. Ou seja, a escola é sede da violência, mas não é responsável por ela. A violência à escola é a manifestação contra a instituição que pode ser entendida como uma agressão ao professor, ao patrimônio da escola, etc. A violência da escola é definida como uma violência institucional simbólica, aquela que ocorre por meio das relações professor e aluno, ou pelas normas e condutas adotadas pelas instituições que acabam denigrando e afetando a participação do jovem e sua vida escolar.

Dessa forma, pode-se considerar os fatores intraescolares, como também reprodutores de violência e vitimização dos alunos da escola pública, restringindo um grupo de alunos de seus direitos e garantias provenientes no espaço escolar, como pode-se observar na atual conjuntura política em que se prioriza o desempenho das escolas em índices provenientes de avaliações em larga escala, por exemplo. A competição por recursos e credenciais, ou seja, as questões que envolvem mérito e valorização do trabalho desempenhado nessas escolas podem ser percebidos como mais importantes ao cenário educacional, no entanto, ocasionam uma distinção desproporcional de estudantes com o mesmo nível socioeconômico.

Como exemplo dessas influências, há alguns estudos desenvolvidos sobre os fatores que incidem nas desigualdades intraescolares, Soares (2004); Alves e Soares (2007); Costa e Koslinski (2008); César e Soares (2001); Borman e Dowling (2010). Esses autores intitularam essas influências como efeito escola. Outros estudos identificam as desigualdades socioespaciais observadas em escolas localizadas num mesmo território de alta vulnerabilidade social (CENPEC, 2011). Dessa forma, mesmo nessas regiões é possível identificar uma hierarquia de desigualdades

socioespaciais dentro dela, isso afeta a composição do corpo discente, bem como a concorrência dos professores nas escolhas das escolas num mesmo território.

Pode-se, portanto, destacar que a relação entre a vulnerabilidade e a violência caminham juntas. No contexto escolar, incidem na escola e pela escola, como podemos identificar nos estudos apresentados. Face desses processos, podemos discriminar que parte da violência cometida pela escola, provém das demandas dos sistemas, que interferem sobremaneira na instituição, e que incidem na concorrência entre escolas e no seu funcionamento, o que afeta diretamente na garantia do direito à educação (OLIVEIRA, et. al., 2013). Além dessas, cabe assinalar que a escola pública tal como vemos hoje é fruto de um processo histórico e político que ainda está em construção, pois, ao observarmos o passado é perceptível que a escola nem sempre foi espaço para as camadas populares, e com a democratização assume-se a missão de conceber um espaço tolerante, de respeito às diferenças, o que historicamente sempre foi negado e que mesmo com as mudanças legais não se configuram como realidade.

Nesse tocante, não se pode achar que os professores foram formados e preparados para esse contexto, fato que repercute sobremaneira no exercício da função e nos diálogos e relações travadas no contexto escolar, que acabam por violentar tanto o professor, como o aluno. Tal constatação é uma disputa de poder e autoridade, que por vezes fragiliza as relações, como se torna perceptível nos estudos de atratividade da carreira docente (FVC, 2010). Criou-se uma atmosfera de medo em ser professor e lidar com as questões sociais latentes na escola pública, como a criminalidade, o tráfico de drogas, a indisciplina, a ausência da família, dentre outras. Essa atmosfera também se constrói na perspectiva da violência na escola, àquela que atravessa os muros da escola, e passam a fazer parte dela, quais sejam: drogas, roubos, mortes, brigas de gangs, dentre outras.

A escola não dá conta da criminalidade que ocorre no território em que está localizada, isso compete à segurança pública. Parte disso a necessidade de pensar nas conexões que devem existir no cenário das políticas públicas de segurança e educação, formulando estratégias que visem a prevenção de riscos que circundam a juventude. Em publicação organizada por Éric Debarbieux e Catherine Blaya intitulada *Violência nas Escolas e Políticas Públicas* (2002), observa-se um extenso levantamento de projetos e programas desenvolvidos nesse enfoque. Nesse trabalho salienta-se a eficácia de ações que buscam a prevenção antes da intervenção direta em problemas já existentes de violência na escola. Pontua-se que a prevenção é prática mais frutífera e de êxito nessas instituições, visto que inserindo a prática de valores e chamando a família para participar da vida escolar e dos problemas existentes nesse espaço as situações podem ser neutralizadas.

Os riscos em que estão expostos os jovens são muitos e podem ser percebidos em múltiplos fatores. Os principais fatores de risco de longo prazo na violência juvenil são psicológicos (forte impulsividade e baixa inteligência, possivelmente associadas às funções executivas do cérebro), familiares (pouca supervisão, disciplina severa, maus tratos físicos, um pai violento, família numerosa, família desfeita), colegas delinquentes, baixa condição socioeconômica, residir em centros urbanos e em bairros de alta criminalidade. Entre os principais fatores de risco circunstanciais de curto prazo constam o consumo de bebidas alcoólicas e atos que conduzem a episódios violentos (por exemplo, a escalada de uma discussão trivial). (DEBARBIEUX; BLAYA, 2002, p. 50)

Na busca por ações de redução da violência nas escolas, no ano de 1980, o Poder Público tende a fortalecer o debate acerca do tema, pontuando que este seria a consequência da não democratização da escola, ou seja, fazia-se necessário estabelecer uma escola para todos, que possibilitasse o acesso das camadas populares à uma educação de qualidade. Nesse sentido, as administrações públicas estaduais e municipais foram as maiores protagonistas dessa discussão, o que de fato ainda prevalece. É no âmbito da gerência de Estados e municípios que se formulam boa parte dos Projetos, Programas e Políticas que visam a redução da violência nas escolas.

Tais práticas absorvem elos importantes entre órgãos representativos e fiscalizadores como o Conselho Tutelar, conforme estabelecido no Artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Segurança Pública. Em 2015, o Brasil implementou a Lei nº 13.140 que dispõe sobre a *mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública*. No surgimento da Lei, compreende-se a extensão para a escola, enquanto instituição pública, e dos sistemas que realizam essa gerência macro, de construir elementos de seguridade e cultura de paz dentro das escolas, formando, supervisionando e mediando esses conflitos.

Nesse sentido, o município de Fortaleza (CE), em 2013, implantou-se a Célula de Mediação Social (CMS), como parte da Coordenadoria de Articulação da Comunidade e Gestão Escolar. O termo mediação compreende a resolução de conflitos por meio de processo pacífico, visando o diálogo, o uso de técnicas específicas e a produção de soluções mais criativas. A CMS oferece suporte técnico-operacional aos gestores escolares, com vistas a multiplicação em rede, dos saberes e deveres necessários a cultura de paz. A Célula também atua no atendimento de conflitos de toda natureza, que ocorram no ambiente escolar, e que não puderam ser sanados sem a intervenção direta da Secretaria Municipal de Educação (SME). No ano de 2016, a CMS atendeu 89 ocorrências,

dentre elas as mais requisitadas são agressão verbal, ameaça, indisciplina, agressão física e negligência dos pais no cuidado dos filhos (CMS, 2016).

À exemplo de práticas que aliam Segurança Pública e Educação na prevenção desses riscos, pode-se citar o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). O Programa tem origem em Los Angeles, nos Estados Unidos no ano de 1983 com o nome *Drug Abuse Resistance Education (DARE)*. Atualmente é desenvolvido por 43 países, contando com elementos curriculares diversificados. No Brasil, o PROERD foi implementado em 1992 pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. O currículo mais utilizado no Brasil é o Elementary, desenvolvido para crianças de 09 à 12 anos.

No Estado do Ceará, o PROERD começou a ser implantado em 2001, e integra o Programa de Policiamento Comunitário do Estado (Ronda do Quarteirão). O PROERD é definido no Estado como um programa de prevenção primária, que tem como objetivo a redução do consumo de drogas, e com isso a redução da violência (CEARÁ, 2007). Como explicita Duarte (2013, p.66):

Neste programa, o policial torna-se efetivamente um professor. Ele ministra aulas, obrigatoriamente fardado, nas escolas de ensino regular público ou privado, ensinando crianças de 09 a 12 anos, seus pais e professores (CEARÁ, 2007, p. 62). Há uma aliança explícita entre a polícia, a escola e a família no intuito de ensinar a criança a “dizer não”.

De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS), o PROERD já diplomou 49.332 alunos que participaram do programa; contemplou mais de 450 mil alunos distribuídos em quatro mil escolas de 100 municípios cearenses, contando com o trabalho de 63 instrutores. O PROERD já está implementado em todos os estados brasileiros, no entanto, é importante observar que são poucas as publicações que explicitam a experiência e eficiência do Programa no combate à violência, especialmente no Ceará. A importância de medidas como essas que vinculam os agentes de segurança e a educação, envolve questões de desmistificação da figura da polícia como arbitrária e violenta, apresentando novas formas de pensar suas intervenções e seu papel formativo para a cidadania dos jovens.

Outras iniciativas preventivas e para a redução da violência nas escolas, foi experimentada pelos municípios de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, conforme dados de Gonçalves e Sposito (2002). As experiências vividas nesses municípios são medidas que podem vir a possibilitar políticas mais efetivas voltadas a violência nas escolas, tais como: abrir a escola aos finais de semana para a comunidade, com atividades de esporte, lazer e cultura, oportunizando materiais e espaços diferenciados; o fortalecimento dos órgãos colaborativos à gestão da escola, como o Conselho Tutelar, bem como, a parceria entre a Segurança Pública e a escola, possibilitando novos olhares sobre a Polícia em medidas preventivas de apoio à redução da violência, e enquanto veículo

informativo e educador também para crianças e jovens, fornecendo palestras e atividades junto às escolas.

## CONCLUSÕES

Apresentar algumas notas sobre o tema da violência na escola é um desafio diante da inconstância em que se situa o tema, desde a diversidade de significados que esse conceito por si carrega e as inúmeras relações que emergem da discussão, ampliando e ressignificando o debate. Destacamos aqui a consonância de estudos e pesquisas sobre as desigualdades educacionais, e sua contribuição na discussão dos fatores intra e extra escolares na formação da escola pública, que influencia na sua dinâmica, organização e estrutura.

Partindo desse pressuposto destacar a violência como um aspecto que assume as duas percepções pois pode originar-se pela escola e na escola. Pontua-se também a necessidade de se debruçar com mais afinco sobre as possíveis relações no âmbito das políticas sociais, destacando o papel importante que alianças entre aparelhos de segurança e de educação pública podem vir a contribuir para atenuar os impactos da violência na escola, à exemplo de iniciativas como o PROERD, ou a criação da CMS. Essa discussão não esgota-se aqui, servindo de base para novos ensaios e pesquisas sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. Violência escolar – o bê-á-bá da intolerância e da discriminação. 2003. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2013.
- ALVES, M.; SOARES, J. F. Efeito-escola e estratificação escolar: o impacto da composição de turmas por nível de habilidade dos alunos. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 45. p. 25-58, jun. 2007.
- ALVES, M.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. Educação e Pesquisa. [online]. 2013, vol.39, n.1, pp. 177-194. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a12.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.
- ARENDT, Hanna. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1969/1994.
- BORMAN, D. ; DOWING, M. Schools and Inequality: A Multilevel Analysis of Coleman's Equality of Educational Opportunity Data. Teachers College Record, v. 112, n. 5, p. 1201-1246, may. 2010. Disponível em: < <http://eric.ed.gov/?id=EJ888475>> Acesso em: mar. 2014.



- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9394 de 20 de Dezembro de 1996).
- CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Projeto Ronda do Quarteirão. Fortaleza: SSPDS, 2007.
- CENPEC. Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole. São Paulo, 2011. Disponível em: < <http://www.cenpec.org.br/biblioteca/educacao/producoes-cenpec/educacao-em-territorios-de-altavulnerabilidade-social-na-metropole>>. Acesso em: mar. 2014.
- CÉSAR, C.; SOARES, J.F. Desigualdades acadêmicas induzidas pelo contexto escolar. Revista Brasileira de Estudos de População, v.18, n. 1-2, jan./dez. 2001. Disponível em: <[http://rebec.org.br/index.php/revista/article/viewFile/346/pdf\\_323](http://rebec.org.br/index.php/revista/article/viewFile/346/pdf_323)>. Acesso em: mar. 2014.
- CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002.
- COSTA, M.; KOSLINSKY, M. Prestígio escolar e composição de turmas – explorando a hierarquia em redes escolares. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 19, n. 40, maio/ago. 2008. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1442/1442.pdf>>. Acesso em: mar. 2014
- DEBARBIEUX, Éric e BLAYA, Catherine (orgs.). Violência nas escolas e políticas públicas. Brasília/DF: UNESCO, 2002.
- DEWEY, John. Democracia e Educação: introdução à filosofia da educação. 3. Ed. Tradução Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1959.
- DUARTE, Anderson. Policiamento Comunitário e Educação: Discursos de Produção de uma “Nova Polícia”. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará (UFC), 2013.
- FERNÁNDEZ-VILLANUEVA, C., DOMÍNGUEZ, R., REVILLA, J.C., y GIMENO, L. Jóvenes violentos: causas psicosociológicas de la violencia en grupo. Barcelona: Icaria, 1998.
- FVC. Estudos e Pesquisas Educacionais. n. – 1, maio 2010. – Fundação Victor Civita: São Paulo – Sp.
- GONÇALVES, L. A. O.; SPOSITO, M. P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. Revista Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.115, p. 101-138, mar. 2002.

MATTOS, CLG., and COELHO, MIM. Violência na escola: reconstruindo e revisitando trajetórias e imagens de pesquisas produzidas por no Núcleo de Etnografia em Educação entre 1992 e 2007. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 195-219. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

NOGUEIRA, Rosana Maria César del Pichia de Araújo Nogueira. Escola e violência: análise de dissertações e teses sobre o tema na área de Educação, no período de 1990 a 2000. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, R. et al. Análise das desigualdades intraescolares no Brasil. São Paulo: Pesquisas Fundação Victor Civita: Fundação Itaú Social, 2013. Disponível em: <http://www.fvc.org.br/estudos-epesquisas/2012/pdf/relatorio-final-analise-desigualdades-intraescolares-brasil.pdf>. Acesso em: mar. 2014.

PENIN, Sônia Teresinha de Souza. Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade?, módulo I. – Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

PRÖGLHÖF, Patrícia de Oliveira Nogueira. Violência nas escolas e políticas públicas: um estudo sobre a formulação do Sistema de Proteção Escolar e Cidadania. 169 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2015.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, jun. 2001.

ZECHI, Juliana Aparecida Matias. Violência e indisciplina em meio escolar: aspectos teóricometodológicos da produção acadêmica no período de 2000 a 2005. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.